

# A ESCRITA DA HISTÓRIA COMO LUGAR DE MEMÓRIA: HISTORIOGRAFIA PARAIBANA E O CASO DA REVOLUÇÃO DE 30<sup>1</sup>

José Luciano de Queiroz Aires

Nosso projeto de Dissertação de Mestrado abordará a construção da memória coletiva oficial da “Revolução de 30” na Paraíba. Na nossa concepção, vários foram os lugares por meio dos quais essa memória se constituiu e se solidificou, sendo um deles a materialização das narrativas historiográficas oficiais, sempre nas mãos de uma elite intelectual ligada ao poder do Estado.

Por isso, entendemos que se faz necessário em nosso trabalho, um capítulo que enfoque uma discussão historiográfica dessa produção, a fim de percebermos a relação entre a escrita da história e os conflitos de memória.

Como os aportes teórico-metodológicos desse fazer historiográfico se encaixam nos pressupostos metódicos do século XIX, preferimos inicialmente fazer uma breve discussão a respeito do surgimento da “História-ciência” no contexto e a serviço do projeto eurocêntrico da modernidade. Em seguida, apresentaremos uma síntese da constituição do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a importação européia da concepção moderna de história-conhecimento, produzida e ensinada em diversas instituições culturais brasileiras. Concluindo, esboçaremos uma revisão historiográfica local sobre o nosso objeto de estudo, a fim de procurarmos compreender suas relações com a transmissão/consolidação da memória oficial de 1930 na Paraíba.

## 1.1-“História-Ciência” e o Paradigma Moderno

O modelo de História ainda predominante em boa parte do século XX no Brasil, como de resto em outros países, remonta teórico-metodologicamente a “história científica” do século XIX. Daí porque, achamos pertinente elaborar algumas características comuns a esse fazer historiográfico no contexto do paradigma da modernidade.

O historiador francês dos Annales, Jacques Julliard, em 1974, analisando a renovação da história política, resume a tipologia da escrita da história no século XIX nos seguintes termos:

“A história política é psicológica e ignora os condicionamentos; é elitista, talvez biográfica, e ignora a sociedade global e as massas que a compõem; é qualitativa e ignora as séries; o seu objetivo é o particular e, portanto ignora a comparação; é narrativa e ignora a análise; é ideológica e não tem consciência de sê-lo; é parcial e não o sabe; prende-se ao consciente e

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no Simpósio Temático “Cultura Histórica e Linguagens Historiográficas”, durante o XII Encontro Estadual de História da ANPUH-PB, realizado no Campus da Universidade Federal de Campina Grande, em Cajazeiras (PB), entre 23 e 28 de julho de 2006.

ignora o inconsciente; visa os pontos precisos e ignora o longo prazo; em uma palavra, uma vez que essa palavra resume tudo na linguagem dos historiadores, é uma história factual.”<sup>2 1</sup>

Mesmo não concordando que tudo que se produziu no século XIX esteve ligado a História Política tradicional, a exemplo de trabalhos de Jacob Burckhardt, Gibbon, Fustel de Coulanges e Michelet, que são exceções, é bem verdade que a regra mais geral se configurava como tal.

Esse modelo de história-conhecimento, pautado pelos componentes acima descritos, foi inaugurado na Alemanha cujo representante mais evidente foi o historiador Leopold Von Ranke. Intitulado por alguns como o “pai da História científica”, “*produzida por um sujeito que se neutraliza enquanto sujeito para fazer aparecer o seu objeto*”<sup>3</sup>, Ranke recusava a influência das filosofias da História. Sendo assim, esperava ter “libertado” a História das explicações universais e metafísicas, dando-lhe um estatuto científico com base no método das ciências naturais. A objetividade, a comprovação e a imparcialidade são elementos substanciais a esse método.

Nesse particular, os historiadores conduziam suas narrativas por intermédio do método crítico às fontes, considerando apenas os documentos oficiais, nos quais vislumbravam a verdade dos fatos, “resgatando” os acontecimentos históricos “*tal qual eles aconteceram*”. Ranke, como bem mostra o historiador Peter Gay<sup>4</sup>, concentrou esforços no sentido de construir e manter arquivos, notadamente, constituídos por documentos oficiais.

Evidentemente que o interesse desses historiadores pelos objetos da História Política tradicional não pode ser deslocado das circunstâncias vividas pela Alemanha na época: as lutas pela unificação política. A História-conhecimento operacionalizada naquele contexto se caracterizava por ligações ao nacionalismo ensejado pelo estado, cumprindo papel relevante na construção de uma identidade nacional.

A França é o segundo país onde essa “História-científica” desembarcou. Importada do mundo alemão pelas mãos de historiadores como Monod, Lavisse, Seignobos, onde estudaram, chega em terras francesas em momento tenso, causado pelos conflitos que envolveram os dois países na chamada guerra franco-prussiana.

Consoante José Carlos Reis, os metódicos franceses defenderam os mesmos princípios rankeanos, porém, traduzidos para o espírito francês. Segundo ele:

---

<sup>2</sup> JULLIARD, p.180/181.

<sup>3</sup> REIS, p. 13.

<sup>4</sup> Peter Gay, em sua obra “Os estilos na História”, analisa os estilos na escrita da História em quatro historiadores: Gibbon, Ranke, Macaulay e Burckhardt. Para ele, o estilo das obras de Ranke se insere na dramaturgia, utilizando metáforas teatrais. O que não impede também sê-lo cientista e teólogo. Como cientista fundou o método crítico, fazendo apologia aos documentos oficiais, a verdade histórica, a objetividade; como religioso entendia que o historiador é um servo de um ser superior, tendo que cumprir com a vocação do ofício.

“Se Ranke escolheu Hegel, a filosofia da história implícita na historiografia metódica francesa será a Iluminista. Não é o espírito que produz a história, mas o povo nação e os seus líderes instalados no Estado.”<sup>5</sup>

Além das universidades, instituições de pesquisas e a centenária *Revue Historique*, os manuais de metodologia da História, nos quais destacamos o elaborado pela dupla Langlois-Seignobos, assumirão funções de formuladores/divulgadores do método crítico da escola histórica alemã na França.

Esse manual definirá a forma de conduzir a pesquisa histórica de então: o “espírito positivo”, antimetafísico. Podemos, no entanto, qualificar como sendo traços dessa busca de um conhecimento positivo(não positivista): a) o apego ao documento; b) o esforço em separar o falso do verdadeiro; c) o medo de se enganar com as fontes; d) a dúvida metódica; e, e) o culto do fato histórico, que é dado nos documentos<sup>6</sup>.

Para Langlois e Seignobos, o historiador tem por vocação a de educador cívico. Essa dimensão pedagógica da História cuidará de levar a juventude os eventos e os “grandes homens” que são seus sujeitos, como mecanismo que procura incutir uma continuidade histórica apontando para um determinado sentido da história.

A historiografia metódica do século XIX está intrinsecamente ligada ao projeto eurocêntrico moderno de conquista de outros povos, de outras nações. A “História-ciência” é a representação da Europa como centro do mundo e a vanguarda da história universal. Como bem afirma Reis: *“as nações européias são apresentadas como a incontestável expressão superior do Espírito Universal”*<sup>7</sup>. Portanto, cabe a elas a missão “civilizadora” das outras partes do mundo. Ainda tomando como referência as palavras de José Carlos Reis, ele sintetiza que:

“a ideologização do discurso cientificista sobre a história é total: os interesses particulares dos Estados e dos líderes nacionais tornam-se a expressão da liberdade universal. Em nome da liberdade futura, todas as ações dos Estados e líderes políticos europeus são legitimadas e defendidas, mesmo quando são violência pura e simples, mero interesse particular. O ocidente no século XIX, está cientificamente convencido de que é portador da verdade histórica, de que conhece o sentido da dinâmica da vida humana, de que é o ‘povo eleito’, com a missão de salvar os povos não europeus, que não conheciam ainda a Razão.”<sup>8</sup>

A idéia de uma História Universal ainda não está presente nos fundadores da História(gregos), sua formulação inicial pode ser encontrado nos romanos que objetivando a dominação de povos “bárbaros” criam idéias de humanidade a partir de valores culturais seus e História universal que caminhava na mesma direção: a vitória romana e a salvação cristã. Assim, a idéia de uma História universal e de um sentido único para toda humanidade

<sup>5</sup> REIS, p. 15.

<sup>6</sup> IDEM, p. 18.

<sup>7</sup> REIS, José Carlos. **História & Teoria**: Historicismo, modernidade, temporalidade e verdade. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 39.

<sup>8</sup> IDEM, p.40/41.

faz parte de um projeto ideológico de dominação de romanos em outros povos. Com o advento da modernidade, as filosofias da História se encarregarão de retomar essa teleologia, porém, em vez da fé e da salvação se serviam da ideologia iluminista da razão e do progresso. Como bem coloca Reis:

“Os gregos preferiam não pensar o futuro, mas o eterno; os judeus-cristãos se nutriam do sentimento da salvação futura; os renascentistas preferiam mergulhar nos prazeres do tempo presente; as filosofias da história voltaram a pensar o futuro como salvação e a história como seu meio.”<sup>9</sup>

Entretanto, há uma diferença entre a teleologia do medievo e a da modernidade. No primeiro a promessa de felicidade humana será concretizada na vida após a morte (a salvação), no segundo caso, essa felicidade virá aqui mesmo no mundo terreno quando a razão trouxer a “liberdade” e o “progresso”.

Em suma: esse modelo teórico-metodológico de escrever a História está comprometido com as questões políticas do Estado. A História é filha de uma época, de uma sociedade, sendo assim, como as questões pertinentes no XIX eram essencialmente políticas, a História Política tradicional era a bola da vez. Os seguidores dessa historiografia dedicavam-se aos estudos das individualidades dos atos humanos, destacando figuras das elites e suas biografias, sejam personalidades, sejam Estados- reis, militares, Atenas, Brasil, imperadores, governadores, presidentes. Eram esses os sujeitos das transformações históricas, cultuados em uma História factual, evènèmenielle.

## **1.2-Instituto Histórico: Saber de cunho Oficial**

A concepção moderna de História chega ao Brasil na vigência do século XIX com a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Aqui, como na Europa, a História e a geografia estavam atreladas aos princípios nacionalistas, cumprindo papéis primordiais na construção da identidade nacional. A fundação do IHGB se confunde com esse momento, atuando sobremaneira na homogeneização dos regionalismos no contexto da formação do Estado Nacional Brasileiro.

Como o projeto de História-conhecimento vitorioso no século XIX dará as cartas por décadas do século XX ( e quem disse que ele não faz parte da prática historiográfica ainda hoje?), consideramos pertinente recuperar um pouco o contexto histórico e as circunstâncias em que surgiu o primeiro instituto histórico do Brasil.

A idéia da criação de uma associação de cunho científico-cultural dedicada aos estudos históricos e geográficos do Brasil parte da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.

---

<sup>9</sup> IBIDEM, p. 30.

Destarte, no domingo de 21 de outubro de 1838, vinte e sete pessoas inauguraram oficialmente a instituição.

O discurso inaugural, proferido por Cunha Barbosa, está inscrito na tradição historiográfica do século XIX, conjugando a História com o nacionalismo. Conforme assinala Francisco Moraes Paz: *“começa a surgir a concepção moderna de história e a firmar-se o mito da imparcialidade do conhecimento; imparcialidade do que é pressuposto daquela concepção”*<sup>10</sup>.

Não obstante as pretensões de neutralidade do instituto, ao tentar se definir como órgão científico e, portanto, desvinculado de filiações políticas-partidárias, na prática as coisas não eram bem assim. Implantado o Estado Nacional, precisava agora traçar o perfil da nação brasileira e sendo assim a inteligêntzia acaba se colocando a serviço do projeto levado a calos pelo Estado-Imperial.

A historiadora Lilia Moritz Schwarcz<sup>11</sup> mostra as ligações existentes entre o IHGB e o Estado Nacional Brasileiro. A composição interna e a forma do ingresso na instituição denunciam muito bem o elo existente. Dos vinte e sete sócios fundadores, vinte e dois ocupavam postos no aparelho burocrático do Estado, sem falar que a entrada para a condição de imortal se dava muito mais pelos critérios sociais do que propriamente pela questão intelectual. O Estado brasileiro contribuía com dotações orçamentárias para as atividades cotidianas e o imperador freqüentava com assiduidade as sessões da casa.

Por ora bastam os exemplos levantados, é notório que o saber histórico do IHGB não tem nada de imparcial, mas se configura com um tipo de saber histórico oficial, repleto de intencionalidades.

Arno Wehling lembra que a principal missão do IHGB:

“era o desenvolvimento dos conhecimentos geográficos e históricos no Brasil, pelo estímulo à pesquisa com o recolhimento, nas províncias e no exterior, de documentos relativos à formação brasileira e pelo estímulo à produção de trabalhos monográficos e gerais que permitissem o estudo da história brasileira.”<sup>12</sup>

Escrever uma história nacional brasileira esteve na ordem do dia na construção do projeto de nação brasileira. Como aborda Francisco Moraes Paz:

“intelectualmente a história nacional concretiza a unidade das províncias. Mais que as armas, trata-se de um discurso capaz de vencer as diferenças regionais e de criar uma comunhão de interesses, uma unidade homogênea, um substrato político comum.”<sup>13</sup>

<sup>10</sup> PAZ, Francisco Moraes. **Na poética da História**: a realização da utopia nacional oitocentista. Curitiba: Ed. da UFPR, 1996, p. 229.

<sup>11</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças**: Cientistas, instituições e questão racial no Brasil- 1870-1930-São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

<sup>12</sup> Citado por SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças**: Cientistas, instituições e questão racial no Brasil- 1870-1930-São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 229.

<sup>13</sup> PAZ, Francisco Moraes. **Na poética da História a realização da utopia nacional** oitocentista. Curitiba: Ed. da UFPR, 1996, p. 231.

Os membros do IHGB preocupavam-se em inserir o Brasil entre as nações cultas, por isso empenhavam-se criando estratégias que consolidasse a unidade nacional. Como porta voz da História Oficial cumpre com êxito os papéis que lhe são reservados. Duas iniciativas são fundamentais e merecem destaques: a criação de uma revista e a instituição de um concurso monográfico.

Em 1840, Cunha Barbosa lançou um concurso monográfico objetivando selecionar e premiar a melhor proposta de escrita de uma história nacional. O vencedor foi o cientista alemão Karl Friedrich Von Martius com o trabalho intitulado “*Como se deve escrever a História do Brasil*”. O projeto parte da idéia de uma história nacional construída a partir da mescla das três raças, mistura que “*num ato de vontade biológica, contribuiu com o que tem de melhor para engrossar o sangue português*”<sup>14</sup>. A História do Brasil confunde-se com a história dos brancos colonizadores que fundaram a “civilização”, outros povos participam de forma secundária, o índio revelando uma história própria (podendo ser integrado à civilização) enquanto o negro sequer é dotado de história, apenas se relaciona com a História do Brasil.

Coube ao historiador alemão radicado no Brasil, Francisco Adolfo de Varnhagen, a escrita dessa história nacional. Com o livro *História Geral do Brasil*, ele mergulha no passado colonial buscando elementos que marcassem as origens da nação brasileira, cujo projeto, era levado a cabo por uma elite latifundiária e por um Estado centralizador. Suas interpretações se explicam a partir do interesse explícito de realçar o papel do Estado na formação da nação e do homem branco brasileiro. Nesse contexto podemos apreender a visão de mundo essencialmente política de Varnhagen. O século XIX corresponde a questões nacionalistas e os objetos de estudos dos historiadores são formulados e problematizados a partir de questões da sociedade do presente. Nesse particular, concordamos com Astor Antonio Diehl, quando coloca que:

“A visão de mundo não traduz, simplesmente, uma visão individual do mundo, não é apenas a maneira pessoal de um autor ver o mundo; ao contrário, exprime, no nível do imaginário, as expectativas de um grupo social, especialmente de uma classe social, em relação ao mundo socializado em que vive.(...) Isso porque o escritor expressa em sua obra o máximo de consciência possível a respeito dos desejos, das aspirações, dos projetos de uma classe social em relação à sociedade em que vive, assumindo, dessa forma, uma importância fundamental nas histórias do pensamento.”<sup>15</sup>

Em fins do século XIX e início do XX, Capistrano de Abreu, pesquisador, professor do colégio Pedro II e funcionário da Biblioteca Nacional, se afirma como historiador afinado com

<sup>14</sup> IDEM, p.234.

<sup>15</sup> DIEHL, Astor Antonio. **A Cultura Historiográfica Brasileira**: do IHGB aos anos de 1930. Passo Fundo:Ediupf, 1998, P.43-44.

os princípios cientificistas do oitocentos. Começa a investigar o passado brasileiro sobre bases documentais, interessando-lhe assuntos ligados ao clima, solo, mestiçagem como determinantes dos fatos históricos e de suas características mais salientes no povo brasileiro: a indolência, a laboriosidade nervosa, a exaltação efêmera.

Nas primeiras décadas do século XX, ocorreu uma ruptura na cultura historiográfica brasileira com o aparecimento de outras matrizes teóricas na interpretação da história. Apenas para citarmos de forma passageira, já que não constitui nosso objeto de estudo analisar as teses defendidas por estes historiadores, cumpre citarmos a tríade formada por Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freire e Caio Prado Júnior. As questões raciais cedem lugar a problemas de ordem sócio-econômicos e culturais nos debates por eles enfocados em suas análises sobre o Brasil.

Na França, a Escola dos Annales está colocada por Peter Burke como a “revolucionária” na historiografia daquele país, combatendo a escola metódica com unhas e dentes. Mesmo assim, a história política tradicional, factual, linear, evolutiva, ainda dará as cartas nas universidades francesas até o final da segunda grande guerra. No Brasil não seria diferente. A ruptura causada pelos três historiadores citados não implica descontinuidade na totalidade, a maioria dos historiadores continuará a prática do ofício à moda antiga (leia-se moderna).

### **1.3- A construção do fato e do “herói”: a organização de uma memória.**

“Certamente não existem considerações, por mais gerais que sejam, nem leituras, por mais longe que as estendamos, capazes de apagar a particularidade do lugar de onde eu falo e do domínio por onde conduzo uma investigação.”

Certeau

Três categorias históricas são de fundamental importância para nossa discussão: *memória coletiva*, *lugares de memória* e *lugar social*. Por isso, antes de adentrarmos pelos meandros da historiografia paraibana, tentaremos esboçar uma definição para elas.

Escrevendo na primeira metade do século XX, o sociólogo Maurice Halbwachs, na obra clássica *A Memória Coletiva*, defende o princípio de que as memórias, mesmo as individuais, são sempre condicionadas pelos grupos sociais aos quais se ligam física e afetivamente. Assim sendo, as lembranças são sempre recordações de experiências, as quais os indivíduos vivenciaram em determinados grupos, no decorrer do tempo. A

socióloga Olga Rodrigues de Moraes Von Simson<sup>16</sup>, fala de uma *memória coletiva* formada por fatos e aspectos tidos como relevantes e que são guardados como memória oficial a partir dos *lugares de memória* (quadros, monumentos, obras artísticas e literárias, hinos oficiais, etc). Seria a memória dos grupos vencedores, contrapondo-se as *memórias subterrâneas ou marginais*, quais sejam, as versões dos grupos dominados, que não estão monumentalizadas, nem gravadas em suportes da cultura material, mas apenas expressas na tradição da transmissão oral de geração para geração. Nessa mesma linha de pensamento se coloca Michael Pollak, porém, diferentemente de Halbwachs, que procura estudar as permanências, ele trabalha na perspectiva do conflito, das chamadas batalhas de memória.

A categoria *lugares de memória* foi criada pelo historiador francês Pierre Nora<sup>17</sup>. Partindo do conceito de *aceleração da história*, ele discute como em meio à mundialização e ao mundo midiático da informação, com a rapidez e a velocidade que nos chega no cotidiano, a ameaça do esquecimento tem sido componente essencial para explicarmos esse “boom” memorial e preservacionista das últimas duas décadas. Diante dessa ameaça, aparecem os *lugares de memória* expressando a dimensão da memória, não na sua interioridade, e sim, no campo da cultura material. São os monumentos, as bibliotecas, arquivos, centros de memória, museus, etc, incumbindo-se da representação de uma memória arquivística, uma “... *memória registradora que delega ao arquivo o cuidado de lembrar por ela*”<sup>18</sup>.

A historiadora D’Alessio, fazendo uma leitura do objeto memória nas obras de Halbwachs e Nora, analisando este último, aborda o entendimento que ele faz da história como lugar da tradição, como *lugar de memória*, uma história que:

“...ainda tem restos de memória. Não é apenas memória porque não é mais vivida, porque a ruptura com o tempo eterno já foi feita, porque o passado já foi reconhecido, tanto que passa a ser arquivado, registrado (monumentos, museus). Mas é ainda memória porque sacraliza, comemora, celebra.”<sup>19</sup>

No que concerne a terceira categoria, evocamos, ainda que brevemente, o historiador Michel de Certeau<sup>20</sup>. Ele utiliza o conceito de *lugar social* para definir a história como um discurso que emerge de uma prática social e de um lugar social e institucional. Para Certeau, o historiador fabrica história a partir de um lugar particular, sendo esse lugar uma sociedade, uma política, uma instituição, etc. A obra histórica não é individual, ela tem a marca da época de sua produção e da instituição a partir da qual foi produzida.

<sup>16</sup> Esse texto analisa o exemplo do Centro de Memória da Unicamp.

<sup>17</sup> Ver D’Aléssio, Márcia Mansor. **Memória**: leituras de M. Halbwachs e P. Nora. Revista Brasileira de História. ANPUH, nº 25/26.

<sup>18</sup> GONÇALVES, Regina Célia. **A História e o Oceano da Memória**: Algumas Reflexões. Revista Saeculum UFPBNº 4/5, 1999, p. 16.

<sup>19</sup> D’Aléssio, Márcia Mansor. **Memória**: leituras de M. Halbwachs e P. Nora. Revista Brasileira de História. ANPUH, nº 25/26, p. 103.

<sup>20</sup> CERTEAU, Michel. Operação Historiográfica. IN: LE GOFF, Jacques Le Goff. História Novos Problemas. Tradução de Théó Santiago. Rio de Janeiro, F. Alves.



Mas de que forma essas três categorias analíticas serão úteis para essa revisão historiográfica? O que pretendemos com essa discussão historiográfica num trabalho inscrito no campo da memória? Tentaremos esboçar algumas respostas a seguir, como de resto, no decorrer do texto.

Nossa idéia, de um modo geral, é discutir como os *lugares de memória* vão assumir relevantes papéis na construção e/ou solidificação da memória da “revolução de 30” na Paraíba. Concordando com a idéia de Nora, de uma história-conhecimento como *lugar de memória* que ainda sacraliza, celebra, comemora, entendemos que é pertinente a revisão historiográfica local a fim de que possamos entender suas relações(ou não) com a memória do que se convencionou chamar de “revolução de 30”. Daí, mais do que necessário, torna-se imprescindível, a fundamentação teórica certeuriana para contextualizarmos os autores e obras revisadas no seu lugar social.

Não nos propomos analisar toda produção historiográfica sobre a “Revolução de 1930” na Paraíba. Tendo em vista nossa problemática, qual seja, a de entender como a escrita da História organiza uma memória, optamos por um recorte em torno das obras escritas até 1945<sup>21</sup>, por considerarmos emblemáticas do ponto de vista da representação da memória do bloco instalado no poder no pós-30 e pioneiras nas explicações sobre os acontecimentos daquele período histórico.

Do ponto de vista teórico-metodológico, não obstante a inexistência de uma fundamentação, as obras se inscrevem num perfil da História Historicizante<sup>22</sup>. As narrativas se apresentam como depoimentos, já que escrevem como testemunhos oculares dos acontecimentos, mas sempre buscando a comprovação, a verdade histórica, por intermédio dos documentos. A propósito, vejamos o que diz o pai da escrita sobre a “Revolução de 1930” na Paraíba:

“Vivi os fatos e não me contive em esperar que esfriasse para depois descreve-los. Aguardar que o tempo passasse? Não. Tardar sempre gera conveniências, ficando a narrativa sujeita a fatores novos, prevenções com atitudes personalíssimas. Tardar será dizer a verdade? Será adulterá-la às conveniências de quem deixa primeiro correr o tempo para eliminar emoções e esquecer detalhes fixos. Esclarecedores. Fazendo eu o que fiz ao escrever dentro do ambiente melhor -não depois de décadas para coonestar(...)E o que assisti e escrevi pode ser **materialmente provado.**” (grifos nossos)<sup>23</sup>

Não eram historiadores por formação. Por isso, não é tão justo cobrarmos fundamentação teórica em trabalhos fabricados por jornalistas, advogados, autodidatas. Preocupavam-se, evidentemente, em narrar a “verdadeira” história, em contemplar uma memória materializando-a em um lugar. Entretanto, na prática, exerciam o ofício a partir do modelo

<sup>21</sup> Para efeito de análise, escolhemos as obras editadas até 1945, pois entendemos que durante esses quinze anos foi organizada uma memória por intermédio da escrita da história que foi reproduzida na sociedade legitimando o presente através do passado.. Analisamos as seguintes obras: VIDAL, Ademar **O Incrível João Pessoa(1930)**; **Do Grande Presidente(1931)**; e **1930-História da Revolução na Parahyba(1933)**; CARVALHO, Álvaro de. **Nas vésperas da Revolução(1932)**; LÉLIS, João. **A Campanha de Princesa(1944)**.

<sup>22</sup> Estamos nos referindo aos metódicos.

<sup>23</sup> VIDAL, Ademar **João Pesoa e a Revolução de 30**. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1978,p. 6/7.

oficial dos Institutos Históricos. A concepção de História é narrativa, linear, factual, política, biográfica, decorativa, centrada nos “heróis” como sujeitos; concepção essa, que de tanto ser produzida e reproduzida na História da História e do Ensino de História, formou uma subjetividade, inclusive no senso comum, do que deveria se encarregar a ciência História.

A escrita da história da “Revolução de 30” na Paraíba tem início, ainda, no calor dos acontecimentos. Entre 1930 e 1933, são publicados três livros: *O Incrível João Pessoa*(1930), *Do grande Presidente*(1931) e *1930- História da Revolução na Paraíba*(1933), todos de autoria de Adhemar Vidal. Os três trabalhos seriam acoplados mais tarde em única obra- *João Pessoa e a Revolução de 30*, reeditada em 1978 por ocasião do centenário de João Pessoa. São trabalhos exaustivamente apologéticos, dado o lugar social de seu autor.

Em 1932, o sucessor de João Pessoa, Álvaro de Carvalho, escreve *Nas Vésperas da Revolução*, no qual aborda a questão dos planos “revolucionários” tramados à sua revelia e no interior do seu governo pelos seus auxiliares, enquanto ele trabalhava no sentido de manter à ordem. Mesmo assim, não deixa de ser apologético, maniquesista.

Em 1944 o jornalista João Lélis de Luna Freire publicou, pela Editora A UNIÃO, o livro *A Campanha de Princesa*(1930). Trata-se de mais uma obra histórica que vem dá continuidade a sedimentação da memória coletiva oficial. Ele desempenhou papel semelhante ao que fez Euclides da Cunha em Canudos, esteve no sertão paraibano cobrindo a guerra de Princesa para as páginas oficiais do Jornal A UNIÃO.

Em artigo intitulado *Memória, esquecimento, Silêncio*, Michael Pollak enfatiza os conflitos existentes entre a memória coletiva nacional e as memórias subterrâneas ou marginais. Ele chama atenção para a questão do trabalho de *enquadramento da memória* operacionalizado por profissionais ligados as organizações das quais são membros. Dentre esses profissionais podemos citar os “historiadores da casa” que produzem discursos organizados em torno de acontecimentos e de grandes personagens. Desse modo, podemos concluir das palavras de Pollak que o trabalho especializado de enquadramento das memórias coletivas é um dos fatores relevantes no que concerne a manutenção do tecido social e das instituições sociais.

As memórias que não são enquadradas sobrevivem há décadas através da transmissão oral e de redes de sociabilidades diversas, a exemplo das Associações de ex-combatentes e deportados. Seria o “não dito” lutando clandestinamente na espera do momento propício para poder se expressar. São lembranças “zelosamente guardadas em estruturas de comunicações informais e passam despercebidas pela sociedade englobante”<sup>24</sup>.

Evocamos esse aporte teórico por considerarmos de fundamental importância para nossa discussão. Na nossa concepção, estabeleceu-se uma verdadeira batalha de memórias entre

---

<sup>24</sup> Pollak, p.6.

os grupos antagônicos de 1930 na Paraíba. Lutas equivalentes a guerra de Princesa; nas quais a Aliança Liberal saiu duplamente vitoriosa: no campo da luta armada e no campo da memória enquadrada.

Os intelectuais ligados ao Estado e conseqüentemente ao bloco vitorioso do movimento de 1930, tinham espaços institucionais suficientes para a produção da história como lugar de memória. Fabricavam seus discursos a partir de pelo menos duas instituições poderosas: o Estado, que se interessava diretamente por uma memória que legitimasse sua ação; e o Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, que credenciava intelectualmente aqueles que detinham o ofício da escrita. Por outro lado, os espaços institucionais se anulavam perante as memórias subterrâneas das elites vencidas, nessas verdadeiras batalhas da memória. Conforme salienta Pollak:

“A fronteira entre o dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável, separa, em nossos exemplos, uma memória coletiva subterrânea da sociedade civil dominada ou de grupos específicos, de uma memória coletiva organizada que resume a imagem que uma sociedade majoritária ou o Estado desejam passar e impor.”<sup>25</sup>

Desse modo, enquanto os intelectuais “liberais” tinham espaços para “o dito”, criando uma memória coletiva que pretendia ser a imagem da sociedade na sua amplitude, os intelectuais “perrepistas” lutavam para sair da condição do “não dito” e conseqüentemente expressar suas versões sobre os acontecimentos. A propósito, achamos pertinente transcrever alguns telegramas, enviados, do exílio em Paris, por João Pessoa de Queiroz ao seu genro Joaquim Inojosa, pelos quais pedia, desesperadamente, que escrevesse um livro falando da guerra de Princesa:

“...Paris- 20-03-1931: Eu desejo escrever um livro sobre os negócios de Princesa me defendendo sem humilhação. Vocês têm todos os elementos e eu tenho **o meu arquivo**... Espero que V. vá organizando tudo para esse fim”. “Paris-10-04-1931:- Não esqueça o livro que pretendo publicar; eu posso assumir a responsabilidade dele- porém quero publicar a carta que escrevi ao Joca e as cartas trocadas com o Epitácio. Diga se devo escrever a ele, Epitácio, **pedindo licença para publicar**”.- “Paris- 30-04-1931:- Não se esqueça do livro. Eu quero historiar este caso desde a minha amizade íntima com o Joca; quero transcrever a carta que escrevi em 1929 ao Joca e as cartas que recebi e escrevi ao tio. Quero enfim deixar um documento para vocês no futuro não terem vergonha de mim e nem meus filhos e netos. Faço questão disso e só posso contar com V. para esse trabalho”.- “Paris-26-05-1931:- Peça que em tudo seja claro, positivo e cru, não tenha contemplação com pessoa alguma; eu assinarei tudo onde for precisa a minha responsabilidade”... “Quero que V. conte toda a história de Princesa e aproveite as fotografias que tiramos ali. Não tenha medo, seja cruel, porém somente com a **verdade**”.- “Paris:-6-6-1931- Não esqueça o livro, tome todo interesse nele, quero defender-me, porém também não quero ter a menor condescendência, seja com quem for; quero botas a calva dos algozes á mostra.” “Paris- 19-06-1931:- Remeta as **provas do livro** do que falo. Não esqueça de ativar esse caso, pois sei que é **cedo para a saída do livro**, porém já está ficando tarde para a confecção dele”. “Paris-11-07-1931:- Não estou de acordo em demorar a confecção do tal livro, pelo contrário desejo dar urgência a ele; para ter tudo pronto para o

<sup>25</sup> Idem, p. 6.

momento oportuno; preciso historiar as coisas desde 1925, para defender também o Zé Pereira. Mande as provas urgentes.”<sup>26</sup>

O conteúdo dessas narrativas pressupõe algumas características as quais discutiremos a seguir.

Em primeiro lugar, trata-se da construção do mito João Pessoa e da idéia maniqueísta na qual, evidentemente, ele representa o papel de “herói”, cabendo a João Dantas participar do teatro político investido no papel de vilão. Adhemar Vidal introduz a sua biografia procurando mostrar o “heroísmo” do presidente como algo predestinado:

“Criança nada comum, pela sua inquietação, gritando e chorando um pouco mais do que as outras- certamente deve ter sido assim João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque.”<sup>27</sup>

Se em criança João Pessoa já *“gritava e chorava um pouco mais que as outras”*, quando adulto, governando a Paraíba, esbravejou bem mais forte fazendo ecoar do Nordeste emudecido perante o Catete, o grito do “NEGO”. É esse o discurso que a historiografia oficial incorporou. Nesse particular há dois pontos a serem discutidos. Primeiro, o gesto de coragem e bravura do presidente da Paraíba, se rebelando contra o todo poderoso esquema do café-com-leite.

O escritor Adhemar Vidal ressalta que não existe a expressão “NEGO” no telegrama que João Pessoa remete ao romper com Washington Luis, como de fato inexistente, e atribui ao povo paraibano a autoria da expressão, livremente criada a partir do gesto do presidente. Eis o teor:

“Daí a origem do nome do ‘NEGO’ que o povo sabiamente concluiu das palavras contidas no despacho acima. Honra ao homem que naquela hora soube dizer não”<sup>28</sup>

O segundo ponto reforça a magnanimidade do gesto político de João Pessoa, porém, busca constituir uma identidade de bravura, de coragem e de resistência às “velhas estruturas”, atribuída ao estado da Paraíba, tornando-o diferente na região Nordeste onde os demais estados compactuavam com o oficialismo oligárquico. É ainda a Adhemar Vidal que concedemos a palavra:

“Enfim, o gesto memorável de 29 de julho, o pequenino estado do Nordeste negando apoio ao senhor Júlio Prestes, candidato do sr. Washington Luís, comoveu profundamente o civismo brasileiro. É que a Paraíba quase não tinha significação na vida política nacional e a sua atitude constituía, para os supostos donos do Brasil, uma petulância sem igual. Trazia cores impertinentes. Um desafio. Demais, erguia João Pessoa bem alto dentro do norte oficialmente

<sup>26</sup> INOJOSA, Joaquim. **República de Princesa**: José Pereira x João Pessoa- Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, p.23-24.

<sup>27</sup> VIDAL, Ademar **João Pessoa e a Revolução de 30**. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1978, p. 13.

<sup>28</sup> idem, P. 50.

agachado, oficialmente de um servilismo doentio; erguia João Pessoa como uma admirável força de expressão cívica de todo Brasil.”<sup>29</sup>

A historiadora Margarida Dias, analisando a produção historiográfica do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, entre 1905 e 1930, chama atenção para o fato da criação de uma identidade paraibana, que ela chama de Paraibanidade, no conteúdo das revistas pesquisadas. Essa identidade se constituiria por três singularidades, quais sejam: a) a origem da Paraíba, que diferentemente das outras capitanias teria nascido do acordo de paz; b) a bravura, componente retirado das lutas para a expulsão dos holandeses, na qual os historiadores visualizam um sentimento de nacionalismo; e c) o destino histórico do paraibano que já estaria desde sempre fadado ao republicanismo.

Ao que tudo indica, a constituição de uma identidade paraibana ainda se fazia presente na produção historiográfica do pós-1930. A questão da bravura dos paraibanos, que em 1930 lutaram defendendo a autonomia estadual, um dos princípios da República, é parte constituinte no discurso historiográfico local. Adhemar Vidal cita discurso de Assis Chateaubriand:

“Mas não me surpreendam, os contemporâneos, da abnegação, do supremo espírito de sacrifício com que a minha pequenina Paraíba está respondendo ao desafio do governo federal. **A geração de 1930 é a mesma de 1630.** Sob o duro jugo flamengo, a Paraíba escreveu as páginas mais emocionantes de amor à Pátria que se encontram em nossa história. O diretor da colonização holandesa na capitania da Paraíba, Ypo Essens, praticou desmandos inqualificáveis contra a liberdade local. Pagou com a vida, no próprio solo paraibano, os crimes que ali cometera. Quando em 1654 terminou o domínio holandês no Brasil, a Paraíba era um montão de ruínas, talada desde o mar até o interior. De 21 engenhos de açúcar só lhe restavam dois. Paulo de Lynge mandou enforcar os patriotas mais ardentes da Capitania. Estevão Fernandes foi morto e amarrado na cauda de um cavalo, para ser esquartejado, por tentar resistir aos Washingtons Luíses daquela época.” (grifos nossos)<sup>30</sup>

E conclui em conversa com João Pessoa:

“Aí recordamos heróicos episódios da história da Paraíba calcados em límpidos ideais revolucionários. Mostramos que, desde a guerra holandesa, o paraibano tem se metido nas mais duras campanhas para pelear, finalmente, sozinho. E com que apaixonado entusiasmo”.<sup>31</sup>

A idéia é justamente buscar no passado paraibano uma identidade de luta, de bravura, de heroísmo, cuja continuidade estaria justificando os interesses do presente. Nesse particular, as invasões holandesas e a conseqüente expulsão são retomadas pelo discurso de 1930 para mostrar a resistência paraibana em meio à luta: em 1630, para expulsar os flamengos e em 1930, para manter a autonomia estadual. Nesse último conflito, os historiadores colocam a Paraíba lutando sozinha nos campos das batalhas, tendo a oposição do governo

<sup>29</sup> ibidem, P. 53.

<sup>30</sup> IBIDEM, p.213/214.

<sup>31</sup> IBIDEM, p. 222.

federal e isolada pelos “maus” vizinhos estados de Pernambuco, Rio Grande do Norte e Ceará.

O governo João Pessoa (1928-1930) é caracterizado por esse fazer historiográfico como “moralizador”, “liberal”, “popular”, “modernizador” e “anti-coronelístico”. Há um esforço exaustivo, às vezes repetitivo, em chamar atenção para esses atributos no decorrer das páginas da história oficial. A ênfase que temos dado aos trabalhos de Adhemar Vidal se justifica em razão do monopólio e do exclusivismo com que inicia a escrita da história da “Revolução de 1930” na Paraíba. No entanto, ele não era a única voz oficial que falava à sombra do “novo” Estado Nacional. Outro intelectual, que também se aventurou no papel de “historiador da casa”, escrevendo sobre a guerra de Princesa, foi o jornalista João Lélis de Luna Freire que, decorridos dois anos da publicação dessa obra, galgava a condição de imortal ocupando uma cadeira no Instituto Histórico e Geográfico Paraibano.

Seu trabalho se afeiçoa aos fundamentos teóricos de Euclides da Cunha, mostrando as peculiaridades do homem sertanejo e as táticas de guerra adequada àquele espaço geográfico. Nas páginas iniciais e finais do livro não poupa elogios ao governo João Pessoa o que o torna, na nossa concepção, mais um trabalho apologético e organizador da memória coletiva oficial. Como jornalista de A UNIÃO, acompanhou a transição de posse do cargo de presidente da Paraíba de João Suassuna a João Pessoa e narra minuciosamente no livro, como se estivesse redigindo uma ata. Transcreve o discurso de posse desse último, tido como “revolucionário”, como se segue:

“Bem poucos compreenderam, no instante, que com o discurso do presidente, estava tendo começo a grande revolução brasileira, sobretudo o seu período inicial de agitação e revolvimento...”<sup>32</sup>

Ao final de *A Campanha de Princesa (1930)*, João Lélis expõe uma série de interpelações, nas quais sobram elogios ao governo João Pessoa e denuncia a postura do autor como sendo mais um contribuinte na missão de colocar a escrita da história como *lugar de memória*. Vejamos o que diz:

“Podemos, em face do ocorrido considera-la perdida? Perdida porque? Por acaso os guerrilheiros do **grande presidente paraibano** cederam terreno às investidas dos adversários? Teriam os rebelados atingido, em qualquer momento, o desideratum que os impelira nos primeiros dias de março, quando o seu chefe, ainda sob a pressão de velhos compromissos partidários, refluía de sua condição de responsável por uma norma política, e empunhou o gládio de uma rebelião sem programa e sem mística para proclamar em todos os quadrantes do estado, e quiçá do país, a necessidade de **reação a uma nova ordem** que já se esboçava através de sistemáticas **reformas políticas e sociais**, nesta heróica e malsinada região da nacionalidade? Existiam, por parte dos adversários do governo de então, nessa brutal colisão de forças, o sentimento superior e imcomportável de uma grande revolução e a semente de melhores dias para todos, em futuro, não muito remoto? Ou esses requisitos, essas condições,

<sup>32</sup> LÉLIS, João. *A Campanha de Princesa*: 1930. João Pessoa, A UNIÃO, 1944, p.16.

já existiam no bojo das medidas e das atitudes do presidente sacrificado, anunciadas com aquele discurso impressionante de 22 de outubro, ao assumir a direção dos negócios públicos de sua terra?” (grifos nossos)<sup>33</sup>

Fizemos uso de longa e cansativa citação objetivando mostrar como seu discurso constrói a idéia do “novo” na gestão de João Pessoa. Primeiro ele mostra que o governo venceu a guerra de Princesa, tendo em vista que a Aliança Liberal se tornou vitoriosa no final das contas. Para ele, teria o presidente paraibano se antecipado às reformas políticas e sociais que viriam mais tarde com a Era Vargas e o “novo” Estado Nacional Brasileiro. Na Paraíba, antes de 1930, João Pessoa teria empreendido administração modernizadora, calcada em uma “nova ordem anti-coronelística”. Já os opositores, os chamados “perrepistas” ele questiona, se auto-respondendo nas entrelinhas, que faziam parte do bloco “conservador” que não pensavam no futuro e nas melhorias do país e preferiam fazer política à moda coronelística, clientelista e personalista.

Adhemar Vidal também não deixou por menos as louvações ao governo João Pessoa, colocado na citação que se segue, como “renovador” e “popular”:

“Foi, sobretudo pelo êxito sem precedentes de sua ação administrativa. Era alguma coisa de estranho esse homem de governo que, diferente de todos os outros, no espaço de menos de um ano, salvava as finanças arruinadas do seu Estado. Pagava o funcionalismo atrasado de seis meses. Punha em dia os fornecedores. Extinguia a dívida flutuante. E depois realizava o verdadeiro milagre, transcorridos apenas quinze meses de governo. Quase tudo renovado. Daí a glorificação popular de reconhecimento.”<sup>34</sup>

Quanto aos adversários de João Pessoa, a historiografia liberal os trata como “reacionários” e “desordeiros”, pois estariam organizando uma guerra contra a autonomia da Paraíba, buscando uma intervenção federal que feria os princípios democráticos. Para esses intelectuais, as razões do conflito de Princesa devem ser buscada na insatisfação dos coronéis contra o “novo” modelo administrativo de João Pessoa. Importante dizer que no decorrer de suas páginas, Adhemar Vidal sempre utiliza a expressão cangaceiros para se referir aos revoltosos de Princesa.

Se em criança João Pessoa já *“gritava e chorava diferente das outras”*; se governando a Paraíba, já fazia diferente dos outros presidentes; imagina como a historiografia tradicional vai escrever a sua morte. O presidente do estado de Pernambuco, Estácio Coimbra, após a morte de João Pessoa, afirmou: *“Agora a Aliança Liberal tem um mártir”*<sup>35</sup>. Será esse o discurso político dos “Liberais”, colocando o presidente paraibano como “mártir”, como um homem que se sacrificou pelo povo paraibano. A construção do mito João Pessoa terá importância significativa para a concretização dos planos golpistas de uma parte da Aliança

<sup>33</sup> IDEM, p. 194-195.

<sup>34</sup> VIDAL, Adhemar. **João Pessoa e a Revolução de 30**. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1978.

<sup>35</sup> IDEM, p. 178.

Liberal bem como para legitimar o bloco histórico que assume o poder em outubro de 1930. Esse discurso político é incorporado ao discurso histórico, ambos se confundem, afinal quem escrevia a história também fazia parte do aparelho burocrático desse Estado. Adhemar Vidal ressalta que a morte de João Pessoa foi o elemento propulsor da “Revolução de 1930” e da instalação de um novo modelo administrativo para o país. Segundo ele:

“O nosso país teria de despertar da sonolência. E por mais que espíritos obtusos não vejam a mudança do tempo, foi a Paraíba, foi João Pessoa, foi o sacrifício deste homem imolado, foi ele quem impulsionou o desfecho da nova era rebelde a processos desumanos. A História aponta-o como a imagem de redenção cívica dessa nova era.”<sup>36</sup>

O mesmo autor escreve a tragédia da Confeitaria Glória falando de um “complô” para assassinar João Pessoa e que momentos antes do assassinato João Dantas, João Suassuna e Augusto Moreira Caldas haviam se encontrado em um hotel da capital pernambucana e que o último tiro foi disparado por este último. O crime é colocado como típico de uma covardia pois não haveria dado condições de defesa à vítima.

Criança, adulto ou morto, João Pessoa é o mito necessário para os planos do presente e do futuro da Aliança Liberal. Por isso, é ostensivamente necessário instituir uma memória coletiva oficial que possa manter uma certa coesão em torno das bases instaladas no poder. A memória que se cria em torno de João Pessoa não servirá apenas para os planos golpistas de outubro de 1930, ela será levada adiante para justificar o estado que se instala após esse momento e os comandantes desse aparelho que ocuparão os cargos no presente fazendo alusão o fato de terem sido auxiliares de João Pessoa no passado. Vamos tomar a efeito de exemplo um trecho da obra de João Lélis:

“Povo feliz o que possui uma fé. O paraibano tem fé no seu destino. João Pessoa ensinou-lhe isso. Dos destroços dessa luta heróica e sangrenta, o paraibano construiu uma mística poderosa e imortal. Sobre ela ergueu-se a esperança de um destino magnífico, produto de uma fé inabalável em que se confunde velhos e môços, amigos e inimigos. Inimigos também, porque hoje, decorridos mais de dois lustros de sua morte, os que foram seus inimigos na luta honram-lhe a memória, nimbando-a com o respeito que se deve aos grandes batalhadores. Era ele um lutador que honrava o adversário. E, à frente de seu povo em momentos decisivos, a sua bravura transfundiu-se na sua gente. **Morto, a sua memória alimenta o sonho gigante da pequena Paraíba.** Nada mudou de então para cá. Os mesmos lutadores, os mesmos entusiasmos, os idealistas, os combatentes, todos estão vivos, e acrescidos no seu número pela juventude daqueles grandiosos dias de sacrifícios, de sangue e de beleza cívica-juventude essa que teve a embalar-lhe os primeiros entusiasmos do grande presidente. Todos estão fiéis à memória daquele vulto épico- símbolo da grandeza, da bravura e da generosidade de um povo. Consolidemos essa fé!” (grifos nossos)<sup>37</sup>

Em resumo: a história da “Revolução de 30” na Paraíba é escrita por intelectuais intrinsecamente ligados ao poder do Estado, militantes da Aliança Liberal e atuantes no

<sup>36</sup> IBIDEM, P.371.

<sup>37</sup> LÉLIS, João. **A Campanha de Princesa: 1930.** João Pessoa, A UNIÃO, 1944, p. 200



assalto ao 22º BC e a conseqüente vitória no golpe de 3 de outubro. Evidentemente que, favorecidos pela abertura que dispunham nas instituições, escreveram e publicaram suas versões como se fosse a verdade da “revolução”, daí solidificaram a memória coletiva oficial como se fosse a memória daquela sociedade na sua amplitude. No entanto, as memórias subterrânea do bloco derrotado, por muito tempo manteve-se através da transmissão oral, batalhando pra vir à cena, porém, dificultada pelos entraves impostos pela memória oficial, esta representada através de vários lugares de memória, entre esses a história.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, José Américo de. **O Ano do Negro**: Memórias. Rio de Janeiro, Gráfica Record Editora, 1968.
- BURKE, Peter. **A Escola dos Annales(1929-1989):A Revolução Francesa da historiografia**-São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.
- CALDAS, Joaquim Moreira- **Porque João Dantas assassinou João Pessoa**: o delito do “Glória” e a tragédia da Penitenciária do Recife em 1930. Rio de Janeiro, Est. De Artes Graphics Mendes Júnior, s.n.t., s/d.
- CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (orgs.) **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro, Campus.
- CARVALHO, Álvaro de. **Nas vésperas da Revolução**: 70 dias na Presidência do Estado da Paraíba. São Paulo, Revista dos Tribunais, 1932.
- CERTEAU, Michel. Operação Histórica. IN: LE GOFF, Jacques.**História**: Novos Problemas. Tradução de Théo Santiago. Rio de Janeiro, F. Alves.
- COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci**: Um estudo sobre seu pensamento político. 2ª ed. Rio de Janeiro:Campus, 1992.
- D’Aléssio, Márcia Mansor. **Memória**: leituras de M.Halbwachs e P. Nora.Revista Brasileira de História. ANPUH, nº 25/26.
- DA SILVA, Helenice Rodrigues. **Rememoração/Comemoração**: as utilizações sociais da memória. Revista Brasileira de História. São Paulo, v.22, nº 44, pp. 425-438, 2002.
- DIAS, Margarida Maria Santos. **Intrépida Ab Origine**: O Instituto Histórico e Geográfico Paraibano e a produção da história local- 1905-1930- João Pessoa: Almeida Gráfica e Editora LTDA, 1996.
- DIEHL, Astor Antonio.**A Cultura Historiográfica Brasileira**: do IHGB aos anos de 1930. Passo Fundo:Ediupf, 1998.
- GAY, Peter. **O Estilo na História**. BOTTMANN, Denise (trad.).São Paulo, Companhia das Letras, 1990.
- GONÇALVES, Regina Célia. **A História e o Oceano da Memória**:Algumas Reflexões. Revista Saeculum UFPB nº 4/5,1999.
- GRAMSCI, Antonio. **Os Intelectuais e a organização da Cultura**. 9ª ed. (Tradução: Carlos Nelson Coutinho) Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
- GUIMARÃES, Luiz Hugo. **História do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano**.João Pessoa: Editora Universitária, 1998.
- HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice/ Revista dos Tribunais, 1990.
- INOJOSA, Joaquim. **República de Princesa**: José Pereira x João Pessoa- Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- JULLIARD, Jacques. A Política.IN: LE GOFF, Jacques. **História:Novas Abordagens**. Rio de Janeiro, F.Alves.
- LE GOFF, Jacques **História e Memória**- 2ª ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1992.
- LÉLIS, João. **A Campanha de Princesa**: 1930. João Pessoa, A UNIÃO, 1944.
- NORA, Pierre. **Entre Memória e História**: a problemática dos lugares. In; Projeto História. Nº 10, São Paulo, EDUC, 1993.
- PAZ, Francisco Moraes. **Na poética da História a realização da utopia nacional oitocentista**. Curitiba: Ed.da UFPR, 1996.

POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. Revista de Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.2, n.3, 1989, p. 3-15.

REIS, José Carlos. **História & Teoria**: Historicismo, modernidade, temporalidade e verdade. Rio de Janeiro:Editora FGV, 2003.

\_\_\_\_\_ **A História entre a Filosofia e a Ciência**. São Paulo:Ática, 1996.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças**: Cientistas, instituições e questão racial no Brasil- 1870-1930-São Paulo:Companhia das Letras, 1993.

SIMIAND, François. **Método Histórico e Ciência Social**. Bauru, SP:EDUSC, 2003.

VIDAL, Ademar **História da Revolução na Parahyba**. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1933.

\_\_\_\_\_ **Do Grande Presidente**, Parahyba, Imprensa Official, 1931.

\_\_\_\_\_ **O Incrível João Pessoa**, 1930.

\_\_\_\_\_ **João Pessoa e a Revolução de 30**. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1978.